

O BNDES –TESOURO definitivo e a Alienação Geral!

(*) A Diretoria da AFBNDES

Apesar da crítica situação europeia, segundo momento da crise do 15 de setembro de 2008, onde vemos um ambiente de incerteza, volatilidade e falta de governança a nível mundial, ainda temos que pacientemente ver o retorno das críticas “tupiniquins” ao arranjo institucional BNDES-TESOURO.

De fato, na edição do domingo, 16.05.10, a manchete de 1ª página do principal jornal do Rio estampava: *“Herança Maldita - Lula vai deixar dívida recorde para sucessor”*.

A matéria cita que os “empréstimos” do BNDES foram um dos motivos do aumento da dívida total do setor público, que alcançará, segundo projeções do diário, 64,4% do PIB. No texto também é lembrado o requeitado tema do “nó da Previdência”, quando então sempre recorrem ao nosso colega Fabio Giambiagi - especialista em contas da Previdência Social -, para assustar os presentes e futuros aposentados.

Colegas têm nos solicitado a dar respostas às “velhas” críticas dos “tradicionais” jornais e revistas que ainda não entenderam a mudança dos paradigmas econômicos mundiais e o momento em que vivemos. Temos dito a esses colegas que não temos tempo, dada a quantidade de críticas, e nem procuração do BNDES para defendê-lo.

Entretanto, como representantes da Associação, nos posicionamos sempre que vemos o Banco ameaçado por desconhecimento de causa ou até mesmo por razões de disputa do mercado bancário. Neste momento o BNDES é citado como um dos causadores do aumento da dívida pública, com evidentes motivações eleitoreiras.

Em termos políticos, enquanto Associação, ainda estamos longe de nos posicionarmos para uma campanha que oficialmente nem começou – ainda não houve as convenções partidárias. Então, nos incomoda a antecipação da campanha colocando a nossa Instituição na berlinda. Então, entendam este artigo como uma tentativa de tentar esclarecer os desconhecimentos do noticiário.

Aos colegas gostaríamos de lembrar que estamos apoiando condicionalmente (mediante anuência do Congresso Nacional) o arranjo institucional BNDES-TESOURO, antes mesmo da quebra do Lehman Brothers, através da série de artigos intitulada “BNDES”, disponível no VÍNCULO eletrônico (<http://www.afbndes.org.br>). E no último artigo da série, em especial: “BNDES ILLIMITED?”

(<http://www.afbndes.org.br/inst/illimited.htm>) respondemos às críticas de uma das revistas semanais.

Então, para embasarmos nossas réplicas utilizaremos as citações e o arcabouço teórico (finanças públicas funcionais) dos artigos da referida série.

A Grécia e a Crise da Comunidade Européia

A Europa do pós-guerra foi o continente das políticas do bem-estar social (*welfare state*), principalmente na França, Alemanha, Inglaterra e Países Nórdicos.

Mas depois dos anos 80, a partir dos conservadores de Margareth Thatcher no Reino Unido, da Democracia Cristã alemã e do Governo Reagan nos EUA, o pensamento anglo saxão (base do neoliberalismo) se instalou com toda sua ortodoxia econômica.

O projeto da Europa unificada em uma comunidade com moeda única se concretizou com a criação do Euro, e com regras padronizadas bastantes rígidas - consubstanciado no Tratado de Maastricht - para os 16 países com condições econômicas desiguais.

A atual crise que atingiu os "PIIGS" (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha) - e que poderá atingir os outros membros mais fracos da Comunidade -, nada mais é que o segundo momento da Crise de 2008, onde os "Grandes Governos" e os "Grandes Bancos" do mundo desenvolvido atuaram como emprestadores de última instância para salvar e garantir o sistema financeiro privado.

De fato, com a liquidez assegurada e garantida pelas autoridades monetárias, os bancos privados logo retornaram às atividades especulativas de curto prazo, abstendo-se de financiar as atividades da economia real e a rolagem das dívidas soberanas. O resultado é conhecido: a valorização das bolsas, das moedas em relação ao dólar, das "commodities" e a volta dos altos bônus pagos aos seus executivos.

A recuperação dos mercados deu uma falsa ideia de saída da crise, quando na verdade era apenas uma pausa, e agora aparece essa nova face, a crise européia (em novembro passado, em "BNDES ILLIMITED?", alertávamos para o aspecto especulativo da recuperação e a volta da crise).

Depois de algumas semanas de incerteza, parecia que o pacote de € 750 milhões, cerca de quase US\$ 1 trilhão, anunciado pela Comissão Europeia e FMI acalmaria os mercados, mas passados alguns dias voltou a forte volatilidade.

Na verdade, a solução para a pior crise dos últimos 80 anos só se resolverá politicamente. Ou seja, o mercado e o pensamento ortodoxo não conseguirão saídas e o receituário clássico de restringir gastos públicos e aumento de impostos só agravará a crise com recessão, deflação e conflitos sociais na Europa e com possível extensão para o mundo em desenvolvimento.

Façamos alguns cenários totalmente aleatórios:

- A- Prevalece a Ortodoxia I: A vitória do ajuste restritivo, pelo corte dos gastos públicos, redundaria em recessão que poderá atingir toda a Comunidade Europeia. A consequência seria o Euro se valorizar, ao final de um período incerto, pela deflação interna e aí prejudicaria as exportações para os EUA, com vantagens para a China que avançaria nas exportações dos manufaturados.
- B- Prevalece a Ortodoxia II: A Comunidade Europeia se desfaz e cada país por si tentará desvalorizar sua moeda para ganhar produtividade e competitividade. Nesse caso poderia haver uma guerra comercial internacional com o retorno do protecionismo, também de resultados totalmente aleatórios.
- C- Surgiria uma solução "consensual" na Comunidade do Euro-I: A "nação" Euro, visto de forma consolidada, em seu conjunto de 16 países, representa uma comunidade de 500 milhões de habitantes e um PIB em torno de US\$ 16 trilhões, ligeiramente maior que o dos EUA, e os dois PIB's somados representam um pouco menos da metade do PIB mundial. Então, os dirigentes da Alemanha e França -com PIB conjunto no entorno de US\$ 5 trilhões, ou 30% do PIB da zona do Euro (e 15 vezes maior que o da Grécia) - resolvem liderar e manter o projeto da União. Então, assegurariam a rolagem das dívidas dos PIIGS, no âmbito do BCE, eliminando o risco sistêmico, e naturalmente quem ganha são os bancos privados e a China, que aumentaria suas exportações pela valorização do Euro.
- D- Nenhum dos cenários anteriores: A situação se arrasta, por falta de Liderança e Governança, sem soluções práticas num ambiente de muita volatilidade e instabilidade. Ou seja, a recessão se instala a nível mundial, até criar ociosidade generalizada para haver possibilidade de uma nova retomada. Neste quadro a China e a Índia ainda teriam chance de se manterem ativas explorando o desenvolvimento de seus mercados internos e abrindo frente de negócios no mundo em desenvolvimento.

A Alienação geral mundial, a Cooperação Internacional e a Extemporânea crítica ao BNDES-TESOURO

A Alienação geral

No fim de 2008 a resposta herodoxa dos governos e organismos multilaterais injetando liquidez diretamente nos sistema financeiro e anunciando pacotes de investimentos segurou o primeiro momento da crise. A pronta resposta nos moldes keynesianos mostrou que nos momentos cruciais, quando o “mercado” entra em pânico só o Estado e suas instituições oficiais tem capacidade de agir e estancar a crise.

Entretanto, como os EUA e a Europa não possuem bancos oficiais de vulto, tiveram que confiar no sistema privado para o retorno do crédito à Economia. Ao não intervir na administração dessas instituições e nem indicarem onde alocar os recursos, assistiram, sem ação, a volta das práticas especulativas.

Agora, com o retorno da volatilidade e incerteza, de novo relutam em intervir diretamente nos sistema, tentam propor uma nova regulação, do qual Galbraith, sempre alertava, após cada crise do sistema financeiro: eles sempre propõem uma nova regulação que se mostrará inócua na próxima crise. No caso dos países emergentes, mais notadamente China, Índia e Brasil, a presença de instituições oficiais de crédito tanto comerciais como de investimento permitem maior flexibilidade de ação.

Então, reinstalada a situação crítica, assistimos a instabilidade das ações institucionais, a falta de uma liderança política e a alienação geral num quadro caótico.

Cooperação Internacional

Em 2008, a estrutura alavancada que permitia um forte crescimento mundial ruiu. Alimentada pela criação endógena de moeda pelo sistema financeiro privado, provocando uma “tsunami” de liquidez, não restando às autoridades monetárias, mantidas como refém, senão sancionar a “onda” conservando os juros reduzidos, de forma a não estourar a bolha do crédito hipotecário.

A farta liquidez alimentava o consumo americano, que por sua vez comprava os manufaturados da Europa e Ásia. A China, com sua imensa produção exportável a preços de liquidação, acumulou fortes reservas em dólares. Sua imensa população demandava alimentos e energia, o que aumentou a demanda por “commodities”. O mercado financeiro, através de operações futuras e derivativos, ajudava a elevar as cotações das mercadorias primárias, favorecendo os produtores do mundo em desenvolvimento, Brasil inclusive.

O arranjo parecia perfeito, um “rallye” virtuoso, pois o “mercado” através de toda sua inventiva em criar produtos financeiros alimentava o circuito do consumo. Parecia que a filosofia neoliberal era incontestável.

Bem, como é sabido, a existência de títulos podres em fundos de investimento, abalou a confiança e ruiu o sistema perfeito.

E agora? Como sair dessa? Não há mais consumo americano, não há mais crédito ilimitado para compras!

Deixado nas mãos do "mercado", veremos o avanço da China com suas exportações cada vez mais diversificadas a preços inacreditáveis, veremos provavelmente uma recessão se alastrando por todo o globo. Não é previsão, é simplesmente projeção, se não aparecer um movimento ou liderança que proponha um acordo geral como o de Bretton Woods, ou do New Deal.

Apenas desejamos que um tal acordo não seja efetivado, como costuma acontecer, só após a deflagração de uma situação caótica.

Como seria tal acordo? Como desenvolvimentistas, almejamos isto: a criação de uma instituição de crédito de longo prazo para financiar o comércio internacional e o fomento de nações em desenvolvimento.

Como seria capitalizada? Através da cooperação dos países atuantes no comércio internacional, ou seja, seria uma Cooperativa de Crédito para o Desenvolvimento do Comércio Internacional. Seria capitalizado com as reservas internacionais em divisas conversíveis dos países membros. Para aqueles países produtores de bens primários, sem reservas relevantes a capitalização poderia ser subscrita em "commodities".

Outra fonte de renda para a instituição seria uma taxa sobre os superávits comerciais dos países nessa situação.

Por que os países "doariam" suas reservas para tal instituição? Porque, em termos reais, reservas soberanas são formadas por excedentes exportáveis, então, só servem para serem utilizadas na compra de bens e serviços oferecidos no comércio internacional ou para empréstimos a terceiros países. Numa Cooperativa as reservas seriam aplicadas no financiamento do comércio internacional às mesmas baixas taxas que, hoje, remuneram as reservas atuais.

Toda cooperativa saudável, bem como o comércio internacional, tem soma zero, já que as posições anuais superavitárias se igualam às deficitárias. Em outras palavras, a geração anual de renda dos países credores (superávits comerciais) financiaria a posição dos países devedores (déficits comerciais), o sistema seria

autofinanciável. Então, a capitalização inicial da instituição ficaria livre para ser aplicada em projetos de desenvolvimento das nações de menor grau de desenvolvimento, aprovados, evidentemente, pelos países membros da Cooperativa (de Crédito) para o Desenvolvimento do Comércio Internacional-CDCI.

Uma instituição financeira de tal porte teria ainda condições de criar créditos autônomos e poderia servir para assegurar os títulos soberanos, ainda vigentes e em dificuldade, a fim de evitar o risco sistêmico. Esta cooperativa, quando consolidada, serviria para fornecer créditos soberanos de longo prazo, para financiar o comércio ou os projetos soberanos de desenvolvimento, eliminando a necessidade das nações recorrerem ao mercado privado para financiar suas posições externas deficitárias.

Qual seria a moeda de referência? Atualmente vemos a discussão sobre a possibilidade da mudança do dólar como moeda de referência para uma cesta de moedas de alguns países superavitários. No entanto, vemos que todas as moedas são referenciadas no dólar, e nas crises, apesar da posição deficitária dos EUA, o dólar ainda é o pouso de segurança, então não achamos relevante para o todo do projeto a substituição da referência.

Qual seria a vantagem para os países produtores de bens primários, normalmente deficitários? Além de terem linhas de crédito asseguradas para financiamento de seus déficits, teriam créditos para financiar a parte importada de seus projetos de desenvolvimento, bem como poderiam se capitalizar, fornecendo bens primários que seriam, obrigatoriamente, aceitos como crédito pela Cooperativa.

Finalmente, para quem achar a proposta original, ou surrealista, lembramos que qualquer semelhança não é mera coincidência com a proposta apresentada por Keynes, em Breton Woods(USA), e recusada pelo país sede da reunião e vencedor da II Guerra Mundial. No seu lugar foram criados o FMI e o Banco Mundial, instituições que são claramente insuficientes para o financiamento das necessidades presentes.

Lembramos ainda que o professor e assessor do BNDES José Carlos Assis tem, em palestras, defendido a tese da cooperação internacional como paradigma para solução dos problemas atuais. Seu último livro: "A Crise da Globalização", trata da questão. Ele vem ainda perseverando para ver implantado um Programa de Emprego Garantido, embrião de uma nova filosofia inserida na atual Finanças Públicas Funcionais de promover o Estado à condição de Empregador de Última Instância- EUI(vide: <http://www.economistsforfullemployment.org/index.htm>).

A extemporânea crítica ao BNDES- TESOURO

Na primeira fase da Crise, a atuação dos Bancos oficiais teve papel relevante para minorá-la, apesar das críticas do segmento financeiro privado que se retraiu e dos conservadores de sempre.

Na aparente pausa da crise, quando tudo parecia ter ficado para trás, eles voltaram à carga para assustar os desavisados e aos ingênuos que o arranjo BNDES- TESOURO provoca maremoto nas contas públicas. Não aguardaram nem a crise esfriar para fazer críticas agora com conteúdo eleitoral.

Então, neste início da segunda fase da crise que pode apresentar desdobramentos imprevisíveis, as críticas tornam-se sem sentido diante de uma nova necessidade de atuação do Estado e dos Bancos públicos – situação que já está ocorrendo na Europa. Terão que assistir novamente o Banco do Brasil, a Caixa e principalmente o BNDES- TESOURO voltarem a intervir diante da retração do segmento privado, na tentativa de manter a atividade econômica e os investimentos.

Os críticos de sempre, de visão “curtoprazista” - que vivem repetindo que a China, a Coréia e a Índia investem parte relevante dos seus PIBs - censuram justamente o órgão que financia o investimento no Brasil?

Não percebem que todo gasto do TESOURO no BNDES - seja através da venda de títulos do Governo, seja até mesmo por emissão - representa aumento de capacidade produtiva com efeito deflacionário no médio prazo?

Não entendem que a maior parte dos recursos do BNDES são liberados mediante comprovação física das fases do projeto, portanto já representando aumento de capacidade e formação de capital fixo?

Não compreendem que todo recurso liberado pelo BNDES representa geração imediata de fluxo de impostos incluídos nas compras de ativo fixo, máquinas e equipamentos, além da contratação de mão-de-obra, pelas empresas beneficiadas? E, não percebem a criação de impostos futuros quando da efetivação do projeto?

Não percebem que o mundo precisa de uma nova instituição oficial financiadora do comércio internacional e dos desenvolvimentos soberanos aos moldes do que estamos apresentando, baseado na ideia de Keynes? E o BNDES- TESOURO, no Brasil, já não é semelhante a essa instituição?

Então, entendemos que o Brasil, não precisa de menos, mas, sim, de mais BNDES-TESOURO!

A Dívida Pública e o Déficit da Previdência X Superávit da Seguridade

Dívida Pública

Em "*Herança Maldita*", publicada no principal jornal carioca no domingo dia 16 de maio, a matéria de capa do caderno de Economia cita que a projeção da Dívida Pública Total alcançará 64.4%.

Entretanto, no editorial sobre o mesmo assunto na terça feira, dia 18 de maio, é colocado o que realmente interessa: a Dívida Líquida hoje está na faixa de 40% do PIB.

Então, há que se reconhecer que recurso colocado no BNDES vira título (créditos) a favor do Governo. Portanto, que se considere sim o valor da Dívida, abatido dos créditos que o BNDES gera.

Portanto, ao criticarem acabam por ratificar nossa assertiva: "Dinheiro colocado no BNDES cria investimento e poupança expost, e ainda reduz a dívida bruta!". Mas como não reconhecem os fundamentos, alegam que existe uma "mágica contábil", um subsídio escondido representado pelo diferencial entre 9,5% da Selic e os 6% da TJLP utilizada pelo BNDES.

Lembramos que hoje quem está fora da curva mundial é a taxa Selic, uma das mais altas taxas de curto prazo do mundo, o que gera o distorcido diferencial citado. Já o subsídio, ele não é oculto. Ele é um gasto mesmo, mas conforme afirmamos, ele cria investimento dentro do BNDES e, portanto, poupança.

Mas como os recursos alocados no BNDES também geram impostos direta e indiretamente pelo efeito multiplicador dos investimentos acabam por financiar grande parte do montante do subsídio.

Por outro lado, afirmamos que o arranjo BNDES-TESOURO cria "fato real", e não "mágica contábil", quando, através de suas operações, transforma registro contábil do TESOURO em ativo real para a Economia.

Quanto a Dívida em si, ela está em melhor estado. Recordamos que em 2002, diferente de hoje, 30% dela estava indexada ao dólar, o que causava variações imprevisíveis à toda turbulência de "mercado".

Ainda sobre o assunto Dívida é importante esclarecer que tecnicamente em termos de fluxo, dívida de governo é dinheiro retido (ou destruído) da Economia.

Se não estivesse retido estaria circulando seja como meio de pagamento (M1) ou como crédito ao mercado. Se os juros baixassem gradativamente ao nível internacional, boa parte dos recursos aplicados em títulos, fluiria para se transformar em empréstimos à Economia e a outra parte para a compra de ativos reais.

No caso brasileiro, o volume de crédito em relação ao PIB é da ordem de 47%, então se, por hipótese, metade da Dívida Líquida de 40% se transformasse em crédito, o volume passaria para 67% do PIB, nada excepcional em relação aos padrões internacionais.

Então, o déficit público cederia, além do que, o real desvalorizado contribuiria para reduzir o déficit em transações correntes, melhorando nossos fundamentos econômicos

Por último, no editorial do jornal a relação BNDES-TESOURO é comparada à extinta "conta movimento" pela qual o Banco do Brasil-BB servia como "caixa" à ordem do TESOURO. À época, em 1987, após o fracasso do "Plano Cruzado", no governo Sarney, a conta foi apontada como uma das causadoras da inflação. Por ironia, após seu fechamento a inflação passou de um nível anual de 200% para mais de 1000%.

Mas, convém mais uma vez esclarecer, a comparação, pela própria natureza das contas, não procede. Enquanto no "movimento" o TESOURO colocava na Economia, através do Banco do Brasil, dinheiro à vista sem destinação específica, como se fosse uma conta corrente, diferentemente no BNDES os recursos são de longo prazo, aprovados após análise do projeto, liberados em parcelas contra demonstração da efetivação de cada fase do projeto, até a conclusão de uma nova unidade de produção, ou em outros termos, aumento da capacidade produtiva do país. Não teríamos nada contra se a nossa fosse denominada "conta investimento", lembrando que sempre defendemos que o arranjo BNDES-TESOURO, por questões republicanas, tivesse passagem pelo Congresso Nacional.

Déficit da Previdência X Superávit da Seguridade

Voltando à manchete de domingo, e ao requeitado tema: o "Déficit da Previdência Social no Brasil", poderíamos contrapor o pouco conhecido tema: "O Superávit da Seguridade Social do Brasil", e explicaremos o porquê.

O sistema previdenciário clássico

No período do liberalismo dos anos 90 até a quebra do Lehman Brothers, os porta-vozes do sistema financeiro privado alardeavam a capacidade do setor de criar produtos financeiros “blindados contra a volatilidade”.

De outra forma, decretaram o fim da incerteza econômica e, por tabela, a ineficiência do Estado como administrador público. Por essa linha de argumentação avançaram nas privatizações e sempre tentando capturar as imensas “contas” dos sistemas previdenciários nacionais. De fato, conseguiram a exemplo do Chile e da Argentina, aliás, com péssimos resultados, países que lutam para recuperar o sistema público.

Agora, com a crise de 2008 e seu repique, vimos a volta da mais eficaz função do Estado: “Assegurador de última instância” - interferindo diretamente no sistema econômico.

O modelo clássico do sistema previdenciário mundial até os anos 80 era o de transferência (repartição), ou seja, a contribuição dos assalariados em sua fase laboral garantia os proventos dos aposentados. Em outros termos, se dizia que era o sistema da solidariedade natural, ou “pacto das gerações”, onde os “filhos” (trabalhadores ativos) garantiam, através de suas contribuições, o sustento dos seus “pais” (aposentados).

Nos anos 90, com o questionamento político da eficiência do Estado e mais a doutrina do equilíbrio das contas públicas, passaram a questionar os “déficits” do sistema previdenciário.

Alegavam que com o envelhecimento da população a conta não fecharia, os trabalhadores ativos não dariam conta do pagamento da cada vez maior população de aposentados, abrindo déficits nas contas previdenciárias. Daí, para a luta pelo aumento da idade para a aposentadoria e para a administração privada do sistema foi um passo (planos de previdência complementar privada).

Questionamos o problema do aumento etário com a seguinte assertiva: da mesma forma que a população envelhece (e, ainda não é o caso brasileiro, pelo menos para as próximas três décadas) pelos avanços da ciência e da medicina, a produtividade do sistema econômico também, aumenta mais do que proporcionalmente.

Isso pode ser verificado pelo aumento dos produtos nacionais (PIB's) acima do crescimento da população e pelos resultados

líquidos das empresas, pelo menos até antes da crise. O sistema tributário dos governos captura, através dos impostos, esse aumento de produtividade e por “transferência” - denominação técnica, no sistema das contas públicas, do uso de parte da arrecadação de impostos para um determinado fim específico.

Então repassariam essa diferença a fim de complementar o sistema previdenciário, eliminando o propalado “Déficit da Previdência”. A previdência pública, dessa forma, fica mais protegida das incertezas econômicas, o que não é garantido como vemos, em tempos de forte volatilidade, no sistema complementar privado de contribuições definidas, mas não de benefícios garantidos.

A Seguridade Social Brasileira

A Constituição de 1988 – A Constituição Cidadã -, ao determinar o pagamento de aposentadoria para a população rural desassistida desse benefício, responsabilmente criou também as fontes fiscais para fazer face a essa despesa e complementar as receitas da previdência, preponderantemente: a COFINS e a CSLL.

Ao criar esses impostos, “blindaram” a questão do “Déficit da Previdência” já que a COFINS ao incidir sobre o faturamento das empresas (ou o PIB de forma agregada) e a CSLL sobre o Lucro Líquido, capturam a produtividade do sistema econômico ao longo do tempo, eliminando a questão etária, comentada anteriormente.

Dessa forma a Seguridade Brasileira, a partir de 1988, já estava na vanguarda dos velhos sistemas previdenciários do mundo. A Constituição, para consolidar as várias funções sociais criadas, criou o Instituto Nacional da Seguridade Social- INSS, que asseguraria até 30% de sua receita para o Sistema Único de Saúde- SUS e para Assistência Social, além de pagar os benefícios da aposentadoria. Nos últimos anos o sistema ainda arca com o benefício do Bolsa Família.

Para levantar as principais contas da Seguridade agradecemos a atenção de Clemilce Sanfim de Carvalho – Auditora Fiscal da Receita Federal e do Assessor Juliano Sander Mussi ambos colaboradores da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, que nos indicou o caminho no “site” da Associação para obter os dados do orçamento da seguridade. Apresentamos, agora, um resumo com os valores, dos últimos 3 anos, de forma resumida, do Orçamento da Seguridade Social-OSS, para demonstrar a falácia do “Déficit”:

<i>Principais contas do OSS (em R\$ bilh.)</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>	<i>2007</i>
<i>Receitas da Previdência - Líq</i>	<i>182,0</i>	<i>163,4</i>	<i>140,4</i>
<i>COFINS</i>	<i>116,8</i>	<i>119,3</i>	<i>101,8</i>
<i>CSLL</i>	<i>43,6</i>	<i>42,4</i>	<i>33,6</i>
<i>PIS/PASEP</i>	<i>31,0</i>	<i>30,8</i>	<i>26,1</i>
Total das Receitas	381,6	365,0	347,3
<i>Benefícios Previd. e Assistenc.</i>	<i>242,6</i>	<i>216,4</i>	<i>198,8</i>
<i>SUS</i>	<i>58,3</i>	<i>50,3</i>	<i>45,8</i>
<i>Benef. Transf. Renda(Bolsa Família)</i>	<i>11,9</i>	<i>10,6</i>	<i>8,9</i>
<i>Benef. FAT(Sal Desemp. incluído)</i>	<i>27,7</i>	<i>21,4</i>	<i>18,6</i>
Total das Despesas	359,9	312,7	286,4
Saldo - Superávit	21,7	52,3	60,9

Fonte:

http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/publicacoes_livrosindex.php?t=3

Então, apesar do crescimento econômico 0 % (zero) em 2009, verificamos a existência dos "Superávits de sempre" no sistema.

Conclusão

Consideramos que diante de um possível retorno da crise, devemos almejar que o mundo econômico estabeleça um sistema de cooperação internacional, uma governança, enfim um grande acordo, que seja realizado antes que uma situação caótica se estabeleça. Isso é possível, e as sugestões estão dadas, desde Bretton Woods.

Infelizmente, se a crise generalizar, precisamos então nos voltar para nosso mercado interno e fortalecer nossas exportações, agregando valor a elas. Para tanto, necessitamos de uma forte instituição que garanta nosso desenvolvimento.

Então, por todas essas considerações, entendemos que é o tempo de consolidar definitivamente o arranjo institucional BNDES- TESOURO, independentemente das críticas daqueles que, presos na visão de curto prazo, ainda não entenderam o momento do quadro internacional.

O BNDES- TESOURO apareceu como consequência da crise de 2008. Entretanto, uma vez verificados seus efeitos positivos para

o fomento, qualquer dirigente responsável não mais deixará de utilizar esse poderoso instrumento do desenvolvimento nacional.

Agora, se realmente for consolidado o arranjo institucional BNDES/TESOURO, teremos o potencial histórico de iniciar uma nova era, na qual não haverá limites para o desenvolvimento nacional, que não seja a nossa capacidade de planejar a organização de nosso capital humano na transformação de nossas riquezas naturais gerando o bem-estar da nação brasileira.